

Reforma ministerial pode acontecer em janeiro

Comunicação é uma das áreas. Mas há outros setores possíveis

Por Rudolfo Lago

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicitou a insatisfação na semana passada. Ao conversar com jornalistas na sexta-feira (20), Haddad jogou a responsabilidade pelas consequências do anúncio do pacote de corte de gastos à comunicação do governo.

Depois que Haddad anunciou o pacote, que o Congresso terminou de votar na semana passada, as bolsas de valores caíram e o dólar bateu recordes de alta. Chegou a ser cotado a R\$ 6,30. Baixou depois que o Banco Central se viu obrigado a intervir, e com a ajuda da própria sinalização da aprovação do pacote. Mas ainda permanece no desconfortável patamar acima de R\$ 6.

A avaliação de Haddad, no caso, coincide com a do mercado. Com receio de somente dar as más notícias da necessidade de cortar em áreas sensíveis, como as regras de reajuste do salário-mínimo e benefícios sociais, o governo misturou uma promessa de campanha de aumento do limite de isenção do Imposto de Renda. Era uma mensagem de sinais trocados. Como um governo que precisa fazer cortes em áreas sensíveis, ao mesmo tempo comunica disposição de abrir mão de parte da sua arrecadação?

Pimenta

A crítica explícita de Haddad apertou ainda mais o nó no pescoço do ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta. Na verdade, chegou a haver este ano um plano de saída por cima de Pimenta, quando ele foi deslocado para ser ministro extraordinário para a reconstrução do Rio Grande do Sul. A ideia é que ele fosse a cara do esforço federal para sanar os efeitos das enchentes, levar o PT a ganhar a prefeitura de Porto Alegre e iniciar assim uma retomada de popularidade do governo na região Sul.

No início, o plano deu certo. As ações fizeram a popularidade do governo crescer no



José Cruz/Agência Brasil

Pimenta é uma das possíveis trocas, mas não a única

Sul. Mas não foram suficientes para vencer em Porto Alegre, onde o prefeito Sebastião Melo (MDB) acabou reeleito. Pimenta retornou à comunicação do governo.

Após Haddad, outros ministros planejavam explicitar com Lula a necessidade da troca. Os problemas de saúde do presidente com a cirurgia que teve que fazer após a queda que sofreu no Palácio da Alvorada adiaram tais conversas. Mas mesmo Lula já deu sinais de que a troca de Pimenta está próxima. Não fosse a queda e suas consequências, ela talvez já tivesse acontecido.

Janja

O nome mais forte para substituir Pimenta é o marqueteiro Sidônio Palmeira, que, porém, resiste. Sidônio foi o responsável pela vitoriosa campanha de Lula nas eleições presidenciais de 2022. Além do fato de ter que abrir mão do comando dos seus negócios caso aceite ser ministro, Sidônio quer garantias de que terá autonomia no seu trabalho. Um dos problemas que envolve a comunicação do governo é a existência ali de fortes disputas internas.

Depois de um forte cabode-guerra com o fotógrafo de Lula, Ricardo Stuckert, a primeira-dama Janja da Silva obteve o controle das redes sociais do presidente, que hoje estão

nas mãos de Brunna Rosa, ligada a Janja. Toda a comunicação do estado de saúde de Lula na cirurgia e na sua convalescência teve também de passar pelo crivo de Janja.

Política

Outra área em que há forte pressão para mudança é a articulação política. As desavenças do líder do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o ministro da Articulação Política, Alexandre Padilha, são notórias. As dificuldades na negociação da aprovação do pacote de corte de gastos acentuaram os problemas.

Lira tem dito que, hoje, a base fiel do governo na Câmara, não passa de, no máximo, 12% dos deputados. No caso do pacote, houve problemas mesmo com essa base por não querer se comprometer com o desgaste de cortes na área social. O Psol posicionou-se contrário, e mesmo três deputados do PT votaram contra.

O governo, assim, precisa negociar votos com o Centrão. Nesse sentido, o Centrão sustenta que precisa estar mais bem representado com o governo. Que precisaria estar representado nesse núcleo palaciano que faz a articulação com o Congresso. Hoje, esse núcleo, com Padilha e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, é todo do PT.

Defesa

Demonstrações do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, apontam para a possibilidade de essa área também entrar na reforma ministerial. Aos 76 anos, Múcio dá sinais de que deseja sair. Afirma que “sua missão” na área já teria se completado.

Na semana passada, Múcio teve uma conversa com Lula. Que não deseja que ele deixe o ministério. Há uma possibilidade de que as relações no meio militar tornem-se mais delicadas à medida que avançam as investigações sobre os atos antidemocráticos e a tentativa de golpe de Estado. A prisão de Walter Braga Netto colocou pela primeira vez um general de quatro estrelas preso por determinação da justiça comum. Outras prisões e condenações deverão acontecer.

José Múcio conduz essas negociações como uma espécie de algodão entre cristais. Muitas vezes, porém, se desgastando com os setores mais à esquerda, que atribuem a ele condescendência demais com os militares. Um desgaste para o qual o ministro dá sinais de cansaço.

A tendência é que janeiro demonstre a afinação dessas demandas. Com a possibilidade de um novo desenho da Esplanada dos Ministérios antes mesmo do retorno do Congresso em fevereiro, após o recesso.

Governo não vai interferir no BC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou nesta sexta-feira (20) o diretor de Política Monetária e próximo presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, em vídeo postado nas redes sociais. Na declaração, ao lado dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda; Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, e Rui Costa, da Casa Civil, o presidente garantiu que o governo não interferirá na autarquia federal, que tem total autonomia de gestão desde 2021, incluindo mandato para diretores e presidente.

“Eu quero que você saiba que jamais haverá da parte da Presidência qualquer interferência no trabalho que você tem que fazer no Banco Central”, afirmou Lula.

Galípolo assume o BC a partir de 1º de janeiro e terá 4 anos de mandato à frente da instituição, que supervisiona o sistema financeiro e conduz a política monetária do país. Ele substituiu Roberto Campos Neto, indicado ao cargo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, e que cumpriu o



Agência Gov.

Lula com Gabriel Galípolo, novo presidente do BC

primeiro ciclo de mandato desde que a autonomia entrou em vigor.

“Hoje, nós estamos oferecendo um presente, uma novidade ao Brasil. Esse jovem chamado Galípolo está assumindo a presidência do Banco Central. Queríamos dizer

para o Galípolo que seguimos mais convictos do que nunca que a estabilidade econômica e o combate à inflação são as coisas mais importantes para proteger o salário e o poder de compra das famílias brasileiras. Tomamos as medidas necessárias para proteger a

nova regra fiscal e seguiremos atentos à necessidade de novas medidas”, destacou o presidente da República, no início do vídeo.

Lula também disse que o país “é guiado por instituições fortes independentes, que trabalham em harmonia para avançar com responsabilidade”.

Ao longo do ano passado, Lula teceu diversas críticas ao BC sob a gestão de Campos Neto, especialmente por causa do patamar da taxa básica de juros da economia, a Selic, principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC voltou a elevar a taxa Selic, desta vez em um ponto percentual, para 12,25%, em decisão unânime dos diretores da instituição. A alta do dólar e as incertezas em torno da inflação e da economia global foram as principais razões alegadas pelo Copom para endurecer os juros.

Por Pedro Rafael Vilela (Agência Brasil)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação/B3

Entidade reúne empresas com 80% das ações da Bolsa

Governo se irrita com nota de grandes empresas

Uma nota da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) piou o humor do Palácio do Planalto com o grande empresário.

Divulgado na sexta, o documento, intitulado Desvalorização de ativos brasileiros, ressalta problemas no mercado acionário, no câmbio, no mercado de títulos da dívida e o aumento dos juros. A nota ressalta a necessi-

dade de equilíbrio fiscal e corte de despesas, prega o não aumento de impostos, pede mais diálogo e ainda critica recursos ao Poder Judiciário.

Um integrante do governo classificou a manifestação de “incoerente”: “Eles especulam, e a culpa é nossa?” A Abrasca reúne 453 empresas — juntas, respondem por 80% das ações negociadas na Bolsa de São Paulo.

Lobby

Afirmou que empresários fazem lobby para obter alívio fiscal — diminuição artificial de tributos —, para não pagar impostos: “E, agora, vêm tirar onda?”, reclamou. A Abrasca havia reclamado da proposta de limitação de compensações tributárias previsto pelo governo.

Reivindicações

O texto pede a melhoria do gasto público, a “ampliação do diálogo com os agentes do mercado”, o redesenho de políticas públicas que garanta o foco na população mais pobre e reivindica uma “carta pública” que reforce o compromisso com o equilíbrio fiscal.



Fabio Rodrigues-Pozzeborn/ Agência Brasil

Fernando Haddad: renovações impediram superávit

Entidade quer menos disputas tributárias na Justiça

A nota fala na necessidade de controle dos “efeitos de disputas no Poder Judiciário para aumentar a previsibilidade”.

Reivindica a “interrupção de ações que aumentem a insegurança jurídica. Isto, principalmente, em se tratando de matéria tributária”.

Este ano, o governo recorreu ao Supremo Tri-

bunal Federal contra a prorrogação da diminuição da contribuição previdenciária de 17 setores da economia.

Para o Ministério da Fazenda, o governo teria obtido superávit este ano se não tivesse havido a renovação da desoneração e a continuidade do programa de incentivo a eventos, o Perse.

Espeto frágil

A votação do pacote fiscal mostrou o espeto de pau do governo e da maioria dos deputados ao tratar da redução de incentivos fiscais que fazem a festa das tantas casas de ferro dos mais ricos. A emenda que reduziria os benefícios em 10% até 2031 perdeu de goleada.

O rombo

Foram 59 votos a favor e 385 contra à emenda dos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ) e Mauro Benedito (PDT-CE) que previa diminuir o buraco anual de R\$ 543 bilhões (mais do dobro do destinado ao SUS). Só o PDT e o Psol abraçaram a proposta de maneira unânime.

Contramão

Pedro Paulo considera difícil que o tema avance. Frisa que o pacote tributário ainda aumentou os subsídios da Zona Franca de Manaus, que, pelo projeto de orçamento de 2025, já seria beneficiada com incentivos de R\$ 29,9 bilhões, 5,5% do total. “Estamos na contramão”, diz.

Beneficiados

A lista de incentivados é liderada pelos cadastrados no Simples (R\$ 121 bi). Depois vêm o agro (R\$ 83,1 bi), os rendimentos isentos do imposto de renda (R\$ 57 bi) e entidades sem fins lucrativos (45,5 bi). Para compensar, o governo é pressionado a cortar dos mais pobres.